10.4. O beneficiário receberá: manual do proprietário; termo de entrega de chaves; orientações sobre manutenção preventiva; e contatos para assistência técnica (período de garantia).

10.5. O não comparecimento para assinatura do contrato ou recebimento das chaves, após 3 (três) convocações, implicará em DESISTÊNCIA TÁCITA e perda da vaga.

11. DAS OBRIGAÇÕES DOS BENEFICIÁRIOS

11.1. São obrigações dos beneficiários selecionados:

11.1.1. Manter atualizados os dados cadastrais junto ao CadÚnico e ao Município;

11.1.2. Residir permanentemente no imóvel recebido como domicílio da família;

11.1.3. Conservar o imóvel em boas condições de habitabilidade, realizando manutenções necessárias;

11.1.4. Arcar com todas as despesas decorrentes do imóvel (água, luz, impostos, taxas);

11.1.5. Cumprir as normas de convivência e regulamentos do condomínio/loteamento;

11.1.6. Participar das atividades do Trabalho Social;

11.1.7. Comunicar ao Município qualquer alteração na composição familiar;

11.1.8. Não transferir, vender, alugar, ceder ou permutar o imóvel pelo prazo estabelecido em contrato;

11.1.9. Permitir visitas de fiscalização e acompanhamento pela equipe técnica municipal;

11.1.10. Zelar pelo patrimônio público e áreas comuns.

11.2. O descumprimento das obrigações poderá acarretar:

Advertência formal;

Rescisão contratual;

Reversão do imóvel ao Município;

Responsabilização civil e criminal, se cabível.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A inscrição neste processo seletivo não gera direito adquirido ao recebimento de unidade habitacional, mas mera expectativa de direito.

12.2. A seleção está condicionada à efetiva disponibilidade das unidades e conclusão das obras.

12.3. A definição da unidade habitacional (lote, quadra e localização específica) destinada a cada beneficiário será realizada exclusivamente por meio de sorteio público, previamente divulgado nos canais oficiais do Município. O sorteio ocorrerá em ato público, na data da assinatura dos contratos ou na ocasião da entrega das unidades habitacionais, assegurando a transparência, a impessoalidade e a igualdade de condições entre os contemplados.

12.4. O Município reserva-se o direito de:

Cancelar ou adiar o processo seletivo por razões de interesse público;

Alterar cronograma, mediante publicação de aditamento ao Edital;

Excluir candidatos que incorram em irregularidades;

Solicitar documentação complementar.

12.5. Casos omissos ou situações excepcionais serão analisados pela Comissão de Seleção e, se necessário, submetidos ao Gestor Municipal.

12.6. As informações prestadas pelos candidatos têm caráter de declaração, sujeitando-se às penalidades legais em caso de falsidade.

12.7. A qualquer tempo, constatada irregularidade ou ilegalidade na concessão do benefício, este será cancelado, sem prejuízo de outras sanções.

12.8. O processo seletivo respeita rigorosamente a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), sendo os dados utilizados exclusivamente para finalidade do programa habitacional:

12.9. Para dúvidas ou informações adicionais: Atendimento presencial:

Endereço: Rua José Campelo Sobrinho, S/N – Bairro – Santo Antônio. CEP: 64375-000 São Félix do Piauí – PI. Telefone: 86 9 9817-3399.

E-mail: habitacao717@gmail.com.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Piauí – PI, 13 de Outubro de 2026.

JOSEILSON BARBOSA NUNES:83152806353 2806353

Joseilson Barbosa Nunes
Prefeito Municipal

ID: A7F85C1E5C984

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE – PI
Praça Gov. Helvídio Nunes, Nº 405, Centro, São José do Peixe – Piauí
CNPJ: 06.554.000/0001-10 CEP: 64.555-000

LEI Nº 17/2026, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026.

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A., destinada ao financiamento de projetos de investimento em energia solar fotovoltaica e em infraestrutura do Município de São José do Peixe – PI, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE**, Estado do Piauí, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e a Constituição Federal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito interna com o Banco do Brasil S.A., até o valor de R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), nos termos da Resolução nº 4.995, de 24 de março de 2022, do Conselho Monetário Nacional, e de suas alterações, destinada ao financiamento de projetos de investimento para:
I – aquisição e implantação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica em prédios, equipamentos e serviços públicos municipais;
II – execução de obras e serviços de infraestrutura urbana e rural do Município;
III – aquisição de máquinas, equipamentos e outros bens permanentes e contratação de serviços necessários à execução dos projetos de que tratam os incisos I e II deste artigo.
§ 1º Os recursos provenientes da operação de crédito serão aplicados exclusivamente em despesas de capital vinculadas aos projetos de investimento previstos neste artigo, vedada a sua utilização, direta ou indireta, em despesas correntes, na forma do art. 167, inciso III, da Constituição Federal e do art. 35, § 1º, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.
§ 2º A contratação observará os limites e as condições estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 101/2000 e nas Resoluções nº 40 e nº 43, de 2001, do Senado Federal, e fica condicionada à verificação do seu cumprimento pelo Ministério da Fazenda, nos termos do art. 32 daquela Lei Complementar.

Art. 2º Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada por esta Lei serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do art. 32, § 1º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 101/2000 e do art. 43, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
Parágrafo único. Fica autorizada a inclusão dos projetos de investimento de que trata o art. 1º desta Lei no plano plurianual e na lei de diretrizes orçamentárias em vigor, para os fins do art. 167, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º Os orçamentos ou os créditos adicionais consignarão, anualmente, as dotações necessárias às amortizações e ao pagamento dos juros, das tarifas e dos demais encargos relativos ao contrato de financiamento de que trata o art. 1º desta Lei.

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE – PI
Praça Gov. Helvídio Nunes, Nº 405, Centro, São José do Peixe – Piauí
CNPJ: 06.554.000/0001-10 CEP: 64.555-000

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados à aplicação dos recursos da operação de crédito e ao pagamento das obrigações dela decorrentes, observado o disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 5º Para o pagamento do principal, dos juros, das tarifas bancárias e dos demais encargos financeiros e despesas da operação de crédito, fica o Banco do Brasil S.A. autorizado a debitar, nos prazos contratualmente estipulados, os montantes necessários às amortizações e à liquidação final da dívida na conta corrente de titularidade do Município, mantida em sua agência e indicada no contrato, em que são efetuados os créditos dos recursos do Município, ou em qualquer outra conta de titularidade do Município ali mantida, ressalvadas as contas de recursos com destinação específica.
Parágrafo único. Fica dispensada a emissão da nota de empenho para a realização das despesas de que trata este artigo, nos termos do art. 60, § 1º, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 6º O Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal cópia do contrato de financiamento no prazo de 30 (trinta) dias, contado da sua assinatura, e divulgará no portal da transparência do Município o instrumento contratual e a aplicação dos recursos, observados os arts. 48 e 48-A da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de São José do Peixe (PI), 01 de outubro de 2026.

Celso Antônio Mendes Coimbra
Prefeito Municipal de São José do Peixe (PI)

CELSO ANTONIO MENDES COIMBRA:00005897300
Assinado de forma digital por CELSO ANTONIO MENDES COIMBRA:00005897300
Dados: 2026.10.01 17:33:40 -03'00'